



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e desigualdades

QUILOMBO – DE PALMARES ÀS PERIFERIAS E FAVELAS

ELIANA PEREIRA SILVA ¹

Resumo

Aquilombar-se refere-se à práxis social e política carregada de historicidade, recuperada hoje por militantes, lideranças e intelectuais que discorrem sobre as suas práticas de resistência, seja nos quilombos remanescentes (rurais ou urbanos), seja no movimento negro e suas várias formas de organização, seja o território vivo das favelas e periferias nas grandes cidades. O presente artigo é um dos trechos da tese de doutorado da autora sobre lutas e resistências de mulheres negras na periferia de São Paulo e tem como objetivo uma aproximação e a possibilidade de identificar uma continuidade histórica entre os quilombos e as periferias urbanas.

Palavras chaves: quilombo, resistência, periferia e favela.

Aquilombar-se refers to the social and political praxis loaded with historicity, recovered today by militants,

1 Profissional de Serviço Social. Serviço Social Da Construção Civil - Superintendencia De Atenção à Saúde

leaders and intellectuals who talk about their practices of resistance, whether in the remaining quilombos (rural or urban), or in the black movement and its various forms. of organization, be it the living territory of slums and outskirts in big cities. This article is one of the excerpts from the author's doctoral thesis on struggles and resistances of black women on the outskirts of São Paulo and aims to approach the possibility of historical continuity between the quilombos and the urban peripheries.

Keywords: quilombo, resistance, periphery and favela.

1. INTRODUÇÃO

A existência do quilombo persistiu durante todo o período em que a escravidão vigorou oficialmente no Brasil. Ele configurou uma estratégia de sobrevivência fora dos ditames do cativo: a possibilidade de se viver a experiência da liberdade, a vida compartilhada de trabalho e a manutenção de costumes e da própria cultura. Nos termos de Moura (2014), o “*quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil*” (p. 163, grifo nosso).

Seguindo os passos do *Sonho de Beatriz Nascimento* (RATTS, 2006), podemos entender *quilombo* para além dos territórios de fuga. Transfigurado sob vários sentidos no decorrer da história, podemos entendê-lo, em seu aspecto mais amplo, como o campo de resistência em que o negro se manteve ou se incorporou à luta árdua pela manutenção da sua identidade pessoal e histórica. Para Beatriz Nascimento, o quilombo é uma prática de rememoração, enquanto prática presente transformada do modo de vida, que permite a homens e mulheres negras continuar a viver.

Aquilombar-se refere-se à práxis social e política carregada de historicidade, recuperada hoje por militantes, lideranças e intelectuais que discorrem sobre as suas práticas de resistência, seja nos quilombos remanescentes (rurais ou urbanos), seja no movimento negro e suas várias formas de organização, seja o território vivo das favelas e periferias nas grandes cidades.

O quilombo e a formação das periferias em São Paulo

Durante todo os séculos XVII e XVIII, houve uma multiplicação de quilombos e insurgências em todos os polos de produção de açúcar, exploração de minério, entre outros. O papel dessas lutas foi sempre: solapar as bases materiais e

consequentemente as relações de trabalho existente entre o senhor e o escravo” (MOURA, 2014, p. 64).

A existência do quilombo e a multiplicação deles no decorrer da escravidão também foram fundamentais para solapar o sistema de exploração-dominação do negro escravizado. O conflito era parte da vida cotidiana do escravo; ele podia variar de pequenas resistências diárias ao trabalho, até ataques contra feitores e senhores, ou à rebelião aberta, em insurreições ou quilombos. Sua eclosão dilacerava os disfarces que a negociação construía, opondo as duas facetas contraditórias inconciliáveis da relação: o senhor e o escravo (MOURA, 2014). O mais famoso de todos os quilombos brasileiros, chamado de República dos Palmares, reunindo milhares de pessoas, formado principalmente por negros fugidos e indígenas, resistiu durante 120 anos a toda sorte de ataques do sistema colonial (1597-1707) e, até o presente, Palmares é visto como símbolo da resistência negra no país, sendo um de seus líderes, Zumbi, considerado herói nacional.

A despeito de todas as investidas para a subjugação, a subalternidade e a desumanização colocadas no período de escravidão e no pós-abolição, a população negra resistiu para além de fugas, rebeliões e insurreições, como construção alternativa e sustentação de um outro modo de vida. As lutas e resistências irão se conformar, além da luta pela sobrevivência, nas diversas formas de organização social e política. Em todo o período da colonização, escravidão e pós-abolição foi necessário gestar valores, códigos e formas de sociabilidade que pudessem fazer frente ao “colonizador” violento e hostil.

Com o advento da modernidade e o desenvolvimento das cidades e dos centros urbanos, o quilombo ainda persiste como algo que se aproxima do seu significado original: o deslocamento forçado para áreas marginais da cidade; a construção de território como resistência na segregação (social e racial); e a luta pela sobrevivência, na conformação de um modo de ser e existir da população.

2. DESENVOLVIMENTO

As lutas e resistências em São Paulo

A situação social do negro brasileiro, instituída no processo de escravidão, se mantiveram sendo partes contínuas das bases de produção e reprodução do capital na agricultura e, mais tarde, no espaço urbano (CARRIL, 2006).

Em São Paulo, destaca-se a presença de escravos sobretudo a partir do ciclo da produção do café. A escravidão no estado de São Paulo ocorreu tardiamente, e esse período é caracterizado como *segunda fase da escravidão*, que se deu a partir do tráfico interno, em que os escravos eram trazidos da região Nordeste do Brasil para trabalho nas fazendas do café na região Sudeste.

Os escravos eram alocados especialmente nas cidades do Rio de Janeiro, Vale do Paraíba, inicialmente, e, em seguida, na região Oeste de São Paulo.

Nesse período, a partir das novas funções sociais e econômicas que foram se colocando, ainda às vésperas da abolição, foi definido o código de posturas de 1886 que, com o objetivo de controlar o comportamento da população, fez com que a legislação urbanística estabelecesse um espaço destinado aos pobres na cidade de São Paulo, propondo modelo de vilas higiênicas, pequenas casas unifamiliares construídas sempre na periferia dos núcleos urbanos. Essa Lei previa, ainda, a construção de calçadas largas para a circulação e passeios no estilo das cidades europeias (CARRIL, 2006).

Nas ruas dos centros de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, os escravos domésticos se misturavam com escravos de ganhos.² A historiografia sobre a escravidão nas cidades é carregada desses relatos, especialmente aqueles sobre mulheres negras, na condição de escravas de ganho, que percorriam as ruas dos centros urbanos. A produção e venda de alimentos representavam a possibilidade de maior autonomia e possibilidades de articulação política.

O trabalho nas ruas como doceiras, quitandeiras ou prostitutas, entre outras, permitia a construção e a apropriação do código das ruas. Dentro das brechas do cotidiano nas ruas, mulheres africanas e ou seus descendentes construíram diversas formas de resistência e estratégias de sobrevivência, bem como a recriação do protagonismo feminino das trocas culturais e religiosas.

2 O escravo de ganho era uma forma de caminho para a liberdade, uma vez que a partir dele, o escravo podia comprar sua alforria com os próprios recursos.

Destaca-se a organização por meio da religião como forma de sustentação do espírito de sociabilidade e coletivização, como é o caso das irmandades negras de Nossa Senhora do Rosário e agremiações que deram origem a expoentes do movimento abolicionista: “Longe de ser o ‘ópio do povo’ foi sustentáculo dos descendentes de africanos escravizados” (GÓES, 2015, p. 178).

No século XIX, São Paulo era local privilegiado da proliferação de terreiros de umbanda, festejos, cordões, agremiações e eventos de natureza coletiva: “A festa de Nossa Senhora do Rosário era de grande importância para os negros, que, durante as celebrações, pareciam escapar momentaneamente à situação de oprimidos” (COSTA, 2010b, p. 279).

As irmandades religiosas também desempenhavam um papel fundamental na *cartografia africana da cidade*, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a de Nossa Senhora dos Remédios tinham grande importância na organização das caixas de filantropia de apoio aos negros necessitados, na organização dos funerais e na organização da vida social e cultural africana.

Com o aumento da pauperização de grandes segmentos da população, que crescia de forma paralela à acumulação da riqueza, acontece o *progresso*, a urbanização e o desenvolvimento das grandes cidades.

É nesse contexto que se dá a configuração dos quilombos urbanos. Diferente dos quilombos tradicionais e de rompimento – como o de Palmares, que se caracterizavam por se assentarem em locais distantes, os quilombos urbanos pareciam pequenos povoados, localizados bem próximos das cidades. Eram dormitórios dos negros fugitivos que tentavam a sobrevivência nas áreas comerciais da cidade. Eram espaço de organização coletiva e experiência compartilhada, em um primeiro momento, nas roças e depois em terreiros nas periferias das cidades. É possível se identificar já nesse contexto, a centralidade do papel das mulheres na relação com o espaço público e na articulação de diversas formas de luta.

De acordo com estudos de Carril (2006), a população escrava que se mantinha na região central da cidade vivia do comércio e de outros trabalhos como escravos de ganho. A venda e o comércio nas ruas permitiam aos negros a troca de informações, gêneros alimentícios que garantiam a sobrevivência dos quilombos

urbanos. Tome-se por exemplo o Quilombo do Saracura (Campos do Bixiga), na região central, onde se podia viver de coleta, pesca de peixes e caranguejos de água doce (CARRIL, 2006).

A auto-organização feminina nas feiras, a prática da culinária e a preservação da cultura e dos ritos religiosos foram fundamentais para a sobrevivência da população negra durante o período da escravidão e após a abolição, especialmente no contexto político que se conformava no espaço urbano.

Diante de um novo ciclo econômico, o ciclo do café, se processou uma ampla modernização do país. Naquele cenário, São Paulo passou a ser o centro de desenvolvimento capitalista. O ciclo de expansão do café trouxe para a cidade vários investimentos a partir da construção de ferrovias, sistemas de desenvolvimento e urbanização da cidade.

Os negros deslocavam-se pelas ruas e todas as suas atividades eram estreitamente reguladas, pois “não podiam andar à noite sem bilhete de senhor, não podiam vender nada sem sua autorização, não podiam servir-se de condução coletiva nem dispor livremente do próprio pecúlio” (COSTA, 2010b, p. 276). Foram muitas as formas de resistência construídas nesse período, com destaque para o encaminhamento de negros fugidos para o quilombo de Jabaquara, em Santos, a formação das irmandades e o surgimento de terreiros em várias regiões da cidade.

À medida que se aproximava a data da abolição, mobilizada pelo movimento abolicionista e pela frequente fugas dos negros, a população em situação de *marginalidade* crescia. Na transição para o trabalho livre, os escravos foram abandonados à própria sorte, sem propriedade de terra para a produção dos meios de subsistência.

A Abolição não representou a inserção do ex-escravo como trabalhador assalariado, nem sequer o reproduziu como trabalhador, uma vez que ele teve de competir em condição desigual com o imigrante europeu, principalmente, para poder integrar as novas configurações de inserção no trabalho. Desprovido dos meios para manter sua subsistência, negros e pobres passaram a se concentrar nos cortiços e moradias coletivas no centro da cidade:

Seguir vivendo em ambiente tão hostil exigiu força, inteligência, capacidade de

adaptação e, sempre que possível, rebeldia. É como se, a todo momento, fosse preciso inventar formas de não morrer, não adoecer e não enlouquecer enquanto serviam a seus senhores (DIAS, 2018, p. 360).

No período de 1888 a 1900, a cidade de São Paulo recebeu cerca de 800 mil imigrantes, número superior à população escrava em todo o país em 1887 (COSTA, 2010, p. 71). Inicialmente, a empreitada da imigração foi financiada pelos próprios fazendeiros e, depois, passou a ter financiamento do próprio Estado. A imigração trouxe grandes transformações para a cidade e para as condições de vida e trabalho dos(as) negros(as).

No início do século XX, no auge das ações de urbanização e desenvolvimento, a população negra e pobre foi transferida para outras áreas da cidade. Inicialmente, para as margens da cidade e logo depois para regiões mais distantes do centro.

A abolição da escravidão trouxe nova realidade para a população negra: uma parte importante da população ficou à margem do trabalho, outra parte, especialmente as mulheres negras, foi inserida no trabalho doméstico.

Aos negros e negras foram destinados os trabalhos mais degradantes. A divisão social (sexual/racial) do trabalho foi *naturalizada* pelo racismo, que buscava justificar a inferioridade do negro em relação aos demais trabalhadores não negros.

Foram muitas as dificuldades e impedimentos para a inserção da população negra no mercado de trabalho. Mais da metade da população não branca ou estava empregada em serviços domésticos ou não estava empregada de forma alguma. Para competir com o imigrante europeu, o negro deveria assimilar o comportamento psicossocial do branco e ser incorporado às relações de trabalho que mais lhe lembravam os ditames da escravidão. Inserida marginalmente no mundo do trabalho, a maioria dos trabalhadores conseguia trabalho nos serviços domésticos, assentamentos em trilhos, nas forças armadas, mas, de um modo geral, apenas conseguia empregos irregulares e mal pagos ou engrossava enorme reserva de trabalhadores à espera de serviço (CARRIL, 2006).

Entretanto, não foram poucas as lutas e resistências empreendidas pela população negra para a sua inserção no mundo do trabalho e o acesso à educação,

questão que ainda hoje revela aspecto importante de resistência da população negra sobre vários significados.

A partir da Primeira República, a urbanização das grandes cidades e a formação das primeiras periferias se expandiram. A discriminação da população pobre e negra transcorreu como *coisa natural*. As favelas e periferias surgiram como territórios de exclusão e criação.

Todo esse processo decorreu com consequências importantes para o processo de vida e sobrevivência da população negra. No primeiro momento (sistema escravista), o corpo das pessoas negras eram mercadorias e força de trabalho. Nesse sentido, a luta se direcionava contra o cativo e a consequente violência decorrente dele. A partir do segundo momento (pós-abolição), a população negra, que tendo sido expulsa das residências de seus ex-senhores, passa a contar apenas com a força de trabalho, a luta se direciona para a sobrevivência, a possibilidade de acesso ao trabalho, a educação e para alguma perspectiva de integração social. (ROLNIK, 1993).

Já em meados da Primeira República, evidenciam-se as ações de melhorias na cidade com vistas às necessidades do recente processo de industrialização: configura-se um *padrão periférico de crescimento*. Trata-se de uma espécie de segregação espacial a partir de classe e raça, por meio da qual a população pobre e não branca é expulsa da cidade para áreas distantes. Nessa segregação, as camadas sociais se distribuíram em lugares sociais e territoriais distintos, quase sempre baseados nas diferenças de investimentos públicos. Desencadeia-se uma nova configuração da cidade, a partir da intervenção do Estado na regularização dos loteamentos e desenho das ruas, a atribuição de preços e registro como propriedade, definitivamente, privada.

De acordo com Rolnik (1989), a partir de 1890 aparecem os *territórios negros* específicos, lugares com fama de serem povoados por gente desclassificada, desorganizada e marginal.

Os bairros mais centrais da cidade, como a Sé, o Bexiga, a Liberdade e Barra Funda se configuraram como territórios importantes para sociabilidade, luta e resistência da população negra. Eram regiões nas quais não apenas moravam

negros, mas também em que se concentravam os cordões de suas escolas de samba, terreiros, times de futebol, clubes e salões de baile. Foi nas primeiras décadas do século XX que surgiram as sociedades negras, com atividades culturais e recreativas que envolviam a publicação de jornais, a produção cultural e artística, opção de encontro e lazer da *elite negra*: funcionários públicos, comerciários, contadores e técnicos (ROLNIK, 1989).

A partir dos anos 1930, destaca-se a atuação da Frente Negra Brasileira que em São Paulo foi responsável pela compra de vários terrenos em loteamentos recém-abertos nas periferias da cidade, salienta-se aí a origem de vários bairros como a Casa Verde, Parque Peruche, Vila Formosa, entre outros. (ROLNIK, 1989). Além da realização de várias ações no campo da educação e acesso ao trabalho.

A Frente Negra Brasileira foi uma das principais organizações negras criadas ainda na Primeira República, implementou e mobilizou várias reivindicações da população negra: clubes, associações, projetos e políticas de educação e compra de loteamentos, pois a preocupação central era a integração e ascensão social da população negra no projeto de desenvolvimento e modernização (DOMINGUES, 2007).

Nos anos de 1950, os problemas das moradias próximas às regiões centrais da cidade se acentuavam, provocando grande pressão por ações de saneamento. Nesse processo de deslocamento e ascensão dos negros e negras pela cidade, bem como a participação de segmentos do movimento negro nos partidos políticos, essa questão passou a ser discutida no âmbito das lutas maiores.

A emergência das periferias e das favelas

A partir da década de 1960, dois movimentos paralelos acontecem no mesmo período. Várias ações higienistas e de repressão expulsaram das regiões centrais parte significativa dos moradores, que passaram a viver em áreas mais distantes da cidade. E outro com a intensificação da industrialização e a aceleração do fluxo migratório, o número de trabalhadores na cidade cresceu rapidamente, aumentando

a pressão sobre a oferta de habitações populares. É desse período a construção das moradias do BNH (Banco Nacional de Habitação) e o incentivo de venda de loteamentos em áreas distantes da cidade.

De acordo com Kowarick (1993) e Caldeira (2010), a própria legislação garantia a expansão irracional da periferia com a forma de abertura e venda dos lotes para construção de casas, especialmente na forma de autoconstrução. Amplos segmentos foram expulsos para regiões distantes da cidade. Viver longe, em áreas distantes da infraestrutura, era a única alternativa para a população mais pobre.

Nos anos de 1970, a cidade de São Paulo, especificamente, configura-se como eixo importante do desenvolvimento industrial e do capitalismo no Brasil, sendo a área do ABCD (Grande São Paulo) o centro dinâmico do país. A grande oferta de mão de obra constituía elemento de fundamental importância para que o sistema econômico pudesse realizar o processo de acumulação. No entanto, o grau de desempenho econômico não acompanhava, necessariamente, a qualidade de vida da população. Amplos segmentos se aglomeraram nas periferias distantes dos centros e eram carentes de infraestrutura.

A espoliação urbana (KOWARICK, 1993) e exploração do trabalho constituiu eixo fundamental dessa fase do processo de acumulação capitalista. Sem lançar mão das matrizes da formação social do país, o padrão de segregação social e racial se reatualizou, a partir do alijamento de grandes contingentes para áreas distantes da cidade.

É a partir desse contexto que surgem as periferias como aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura (KOWARICK, 1993) onde passa a residir a população que compõe a classe dos trabalhadores operários, o acirramento da exploração, a segregação e a organização política dos trabalhadores na cidade.

Nos termos de Kowarick (1993), a cidade de São Paulo, que teve grande desenvolvimento nos tempos do *milagre econômico* viveu, na verdade, um processo de lapidação da força de trabalho, que levou adiante o processo produtivo da época.

Já na década de 1970, ocorrem uma explosão do preço dos terrenos e uma tendência de se acentuar a expulsão da população para as periferias que, sendo

distantes dos locais de trabalho, acumulam barracos e casas precárias. Diferentes regiões da cidade passam por intensas transformações.

Na medida em que o processo de industrialização se desenvolve, as regiões vão recebendo melhorias relacionadas ao acesso a serviços de infraestrutura, o que repercute diretamente no valor dos terrenos e casas de cada região. O processo de expulsão dos mais pobres para regiões menos atendidas passa a ser intenso.

Ainda na década de 1970, além das reivindicações e conflitos decorrentes do processo de exploração do trabalho e de espoliação urbana, vários grupos e associações se organizam em torno de uma variedade de demandas relacionadas à melhoria das condições de vida nos territórios, destacando-se a emergência do movimento feminista e do movimento negro. Os movimentos pressionam de múltiplas formas os poderes públicos, trazendo à tona problemas que forjaram uma consciência que passou a ser a base e o fundamento das reivindicações entre os moradores dos bairros.

A Igreja Católica, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os clubes de mães, as associações de jovens e outras articulações ligadas às pastorais católicas passaram a se reconhecer na proposição de ações, resistência e organização popular (KOWARICK, 2009).

A periferia torna-se celeiro e base de organização dos movimentos populares. No contexto da ditadura militar, amplos segmentos da sociedade sofrem as consequências da repressão³: homens, mulheres, militantes, operários são perseguidos e mortos. Há uma violência sistemática no contexto das periferias.

Concomitantemente a essa situação política, crescia de forma acelerada o desenvolvimento da indústria e a expansão de postos de trabalho nas áreas urbanas, enquanto acontecia a expulsão de um grande contingente populacional das zonas rurais que se transferia para as cidades. Os grandes centros urbanos passam por uma grande expansão desorganizada e sem a infraestrutura adequada para receber a grande massa originária do campo, que procura as cidades para garantir

3 Apesar da pouca visibilidade e discussão, a perseguição e violência dirigidas à população pobre das periferias, além da informação presente nas conversas e memórias dos moradores da periferia, contamos também com dados obtidos nos *Relatórios da Comissão da Verdade de São Paulo*. Disponíveis em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/>.

sua sobrevivência.

Na onda dos grandes protestos e mobilizações que aconteciam no mundo inteiro e, especialmente, nos EUA (luta pelos direitos civis), o contexto das lutas anticoloniais na África na década de 1970, na mesma década, surgiu na cidade de São Paulo o Movimento Negro Unificado (MNU) e várias expressões do movimento feminista. De acordo com Moreira (2007), a criação do MNU representa uma nova roupagem para as reivindicações da população negra. Com base ideológica bastante diferente dos movimentos que o antecederam, o MNU buscou fazer frente às articulações políticas e à problematização das situações de violência e desigualdade a que estavam submetidas a população negra.

A partir dos anos 1980, é observada uma presença maior da população negra na vida social e política. O MNU (Movimento Negro Unificado) foi criado no contexto de redemocratização e fim da ditadura militar e no período de expansão dos movimentos sociais no Brasil. Esse movimento realizou grande contribuição para a organização da população negra. É desse período o surgimento de muitas agremiações recreativas, blocos de carnaval e escolas de samba, além de ações sociais e políticas nos diversos espaços das cidades.

Cabe aqui ressaltar importante forma de expressão, de denúncia das desigualdades vividas nas periferias e pela população negra em particular que é o RAP nacional, surgido nas décadas de 1980 e 1990, se expressando nos bailes negros que foram formas de resgatar vínculos de identidade, cultura, resistência e de denúncia.

Os movimentos contra a ditadura militar e a favor da redemocratização dos anos 1980 surgem como uma aposta na reivindicação da cidadania, aposta na construção de uma constituição e na possibilidade da ampliação e garantia de direitos. O mito da democracia racial e a ideia de país cordial ainda sustentavam o imaginário de relações harmônicas diante dos processos de exploração. A aposta no projeto de ascensão social, a partir do trabalho, configurou aspecto relevante das famílias que moravam nas periferias.

Após esse momento de reorganização dos movimentos, o que vivemos nos anos de 1990, com o avanço do neoliberalismo no Brasil e no mundo, nos

relembrem o convívio com a violência e a repressão, que remontam da época da ditadura, como por exemplo com a implementação da ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), da prática sistemática de ação de extermínio principalmente de jovens negros da periferia e crimes como práticas de Estado de exceção: “Se os anos 1990 representaram para muitos a época de construção da democracia no país, nas periferias a década ficou conhecida como época das guerras” (FELTRAN, 2018, p. 289).

A luta política marcada pela expansão dos movimentos sociais na década de 1980 e a luta pela conquista e legitimação de direitos sofreram os impactos e os apelos da ofensiva neoliberal, nos anos 1990, com as diretrizes de *gestão social*. A expansão do terceiro setor, gerenciamento estatal e não governamental das populações conforma um cenário com repercussões importantes nas formas de vida, articulação política e social da população (PAOLI, 2007).

Uma espécie de modernização urbana se dá mais intensamente a partir dos anos 2000, com o investimento em obras de infraestrutura e urbanização das favelas⁴. Foi um contexto que caracterizou ainda uma ampla expansão da especulação imobiliária e a intensificação da segregação urbana⁵ (CALDEIRA, 2000; KOWARICK, 2009). Na mesma medida em que o acesso de direitos para determinados segmentos se ampliava, um aumento da desigualdade e de diversas formas de espoliação da população ia se evidenciando.

A emergência e expansão do PCC (Primeiro Comando da Capital), dos conflitos e tensões mobilizados pelo comércio internacional de drogas agudizou o contexto de violência. A convivência com o medo e/ou com as consequências da violência permanente que assola as periferias foi dirigida, especialmente, à

4 O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), implementado no Governo Luís Inácio Lula da Silva, foi um programa do [governo federal brasileiro](#) (2007) que englobava um conjunto de [políticas econômicas](#) planejadas para os quatro anos seguintes, que teve como objetivo acelerar o [crescimento econômico](#) do Brasil, prevendo investimentos massivos em [infraestrutura](#), em áreas como [saneamento](#), [habitação](#), [transporte](#), [energia](#) e [recursos hídricos](#), entre outros.

5 Segregação urbana constitui-se como uma construção recorrente de que muros separam as pessoas de *bem* de um lado e as pessoas do *mal* de outro: constroem-se muros/barreiras geográficas; promove-se a distância física entre a periferia e a cidade; propaga-se o sentimento de medo e insegurança que justifica medidas de segurança e vigilância das *classes perigosas*: garante-se a presença recorrente de falas, estigmas e estereótipos em relação aos moradores da periferia.

juventude negra e às mulheres.

A luta pela sobrevivência se revela ainda na forma precária como os sujeitos periféricos experienciam a inserção no mercado de trabalho. O trabalho está a cada dia mais informal, eventual e precarizado. São os descendentes de migrantes, em sua maioria nordestinos, que formam a presença majoritária de residentes ainda hoje das periferias de São Paulo.

No decorrer de todo o processo de desenvolvimento e expansão de São Paulo, São Paulo manteve o padrão de *enegrecimento* de suas margens. Os *territórios negros* (ROLNIK, 1989) irão se constituir não apenas pela realidade da caracterização étnico-racial dos seus moradores, mas sobretudo, pela manutenção do padrão de precariedade das condições de vida e a intervenção sistemática do Estado por meio da coerção e controle social da população.

A maioria da população vítima de violência e do alijamento das condições de trabalho é jovem e negra. A maioria que está inserida nas condições mais precárias de trabalho e superexploração é formada por mulheres negras. Ao mesmo tempo em que ocorre o alijamento das condições de trabalho e sobrevivência, o número de pessoas que dependem dos programas sociais aumenta. Em razão dos sucessivos processos migratórios e da expulsão recorrente das populações para os fundões, continuam grandes as extensões de novas periferizações.

As resistências forjadas expressam esgotamento e questionamento sobre as conquistas da democracia, bem como a necessidade de construção de respostas contra o autoritarismo e as violências que estão ainda mais acirradas.

No decorrer de duas décadas (2000 e 2010), ampliou-se o número de manifestações de grandes massas, que ocorreram ao mesmo tempo em que ocorreu a desarticulação dos espaços formas tradicionais de organização política, tais como sindicatos e partido (BRAGA, 2017), evidenciando a emergência de novas formas de organização.

3. CONCLUSÃO

Não apenas em São Paulo, mas também em periferias de outras grandes cidades, é possível se verificar um movimento crescente na organização popular que é, particularmente, realizada em torno de atividades artísticas e culturais promovidas por jovens, em sua maioria, mulheres.

As diversas formas de organização expressam a luta e a resistência daqueles que, a despeito das determinações estruturais, constroem alternativas e formas de vida para fazer frente à dinâmica da luta de classes. Para a superação das violações que nesses territórios se adensam, se colocam, muito concretamente, a necessidade e o enfrentamento das contradições gerais da sociedade.

Trata-se de um modo de ser e existir forjado em um legado de lutas por manter-se vivo, em uma relação de extrema exploração. Trata-se de condições precárias de vida, da negação do acesso a qualquer tipo de direito, a exemplo da questão da educação e da dificuldade de acesso ao mundo do trabalho. Essas questões prementes no início do século XX se reatualizam em vários outros momentos da história e se fazem presentes até os dias de hoje.

As lutas sociais são articuladas em um contexto amplo de pautas, sendo que as lutas pelo trabalho e contra a precarização das condições de vida não estão dissociadas das lutas de combate e enfrentamento às violências e, conseqüentemente, das lutas antissexista e antirracista.

A luta política em torno da ampliação de políticas públicas, como a implementação das ações afirmativas e a inserção de jovens e mulheres nas universidades – além da expansão de cursinhos populares e espaços de promoção de debates relacionados, confere novo contorno às formas de se realizar mobilização e organização política nos territórios.

Se, nas décadas anteriores, as lutas mais visíveis pelo direito à cidade reivindicavam o acesso aos bens e serviços urbanos, os sujeitos políticos que se fortaleceram nos últimos anos transformaram essa agenda em ações ainda mais concretas com mobilização das lutas pelos direitos, das quais se destacam as lutas das mulheres, dos negros e da população LGBTQI+, entre outros. Essas pautas não estão desvinculadas da luta pelo trabalho e pela possibilidade de ampliação das condições de vida: “Não há uma periferia à parte do sistema global, mas processos

particulares de periferia que resiste, que resgata instrumentos de luta e que constrói no seu cotidiano novas expressões de luta em tempo-espaco simbólico e concreto do tempo presente” (FUZIWARA, 2011, p. 90).

Nesse sentido, periferia não é apenas território e localização geográfica, mas sim lugar em que se forjam expressões de modos de vida e enfrentamentos das dificuldades que compõem o cotidiano. As periferias agregam sentido à construção de uma sociabilidade de resistência.

Recuperando a imagem do *sonho de Beatriz Nascimento*, podemos arriscar uma elaboração das periferias como territórios para além do *locus* privilegiado da dominação-exploração do capital, mas sim como contexto de resistência, potência e criação.

4. REFERÊNCIAS

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no sul global. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, Favela e Periferia**: a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. **Da Senzala à colônia**. 5 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010b.

DIAS, Maria Odília L. da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2 ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **Resistir e Sobreviver**. In: PINSKY, Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2018.

DOMINGUES, Petrônio. **Frentenegrinas**: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta antirracista no Brasil. Cadernos Pagu (28), jan/jun 2007, p. 345-374. UNICAMP. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644809>

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Margens da política, fronteiras da violência**: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. Lua Nova, 2010. n° 79. p. 201-233. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452010000100009&script=sci_abstract&tlng=pt

_____. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias da São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Orientadora: Evelina Dagnino. 2008. 336f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas. Campinas-SP, 2008.

_____. Debates no “**mundo do crime**”: repertórios da justiça nas periferias de São Paulo. *In*: Cibele Rizek, Isabel Georges, Vera da Silva Teles (orgs). Saídas de Emergência. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GOES. Weber Lopes; CORREIA, Renato Pereira. Clovis Moura: delineamentos gerais para superação do racismo à brasileira. **Lutas Sociais**, São Paulo, jan/jun 2015. vol. 19 n°. 34, p. 174-185. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25765>

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra. 2ª. ed. 1993.

_____. **Viver em Risco**: sobre vulnerabilidade socioeconômica e civil. Editora 34, São Paulo, 2009.

MOURA. Clovis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo, Fundação Maurício Grabois, 2014.

PAOLI, Maria Célia. **O mundo indistinto: sobre gestão**, violência e política. *In*: RIZEK, Francisco de; OLIVEIRA, Cibele S; RIZEK (orgs). A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007. Estado de Sítio.

RATTS, Alex; Lélia Gonzalez. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial. 2006.

ROLNIK, Raquel. **Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro**, 1989. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2547656>

SILVA, Eliana Pereira. **A flor que nasce do impossível chão: lutas e resistências de mulheres negras na periferia de São Paulo**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2020.